

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ~ SETEMBRO/2016 ~



Comentário de Desempenho
Relatório dos Auditores Independentes
Balanco Patrimonial
Demonstração do Resultado do Período
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Notas Explicativas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no terceiro trimestre de 2016, lucro no valor de R\$ 30.367, superior em 1.008,84% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 2.739. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, o lucro apurado montou em R\$ 33.754, sendo 582,62% superior ao apresentado no mesmo período do ano de 2015 quando a empresa acumulou lucro no montante de R\$ 4.945.

As Receitas Totais no período findo em 30 de setembro de 2016, atingiram o montante de R\$ 40.097, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 360,58% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2015 estas no montante de R\$ 8.706.

No terceiro trimestre de 2016, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE. A receita de equivalência foi impactada positivamente devido ao reconhecimento na CTEEP da receita de remuneração dos ativos de concessão.

O Resultado Financeiro no terceiro trimestre de 2016, no montante de R\$ 1.937 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil. Tal resultado foi inferior em 3,15% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 2.000. Quanto ao acumulado no ano até 30 de setembro, o resultado financeiro de R\$ 6.247 foi 18,38% superior ao período do ano anterior, que apresentou resultado de R\$ 5.277.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.033, no terceiro trimestre de 2016, observa-se uma redução de 10,36%, em relação ao mesmo período de 2015, quando seu valor foi de R\$ 1.152. Em relação ao período findo em 30 de setembro, às Despesas Operacionais no montante de R\$ 5.103 foram 56,52% superiores ao período do ano anterior, no montante de R\$ 3.260.

Cabe destacar que foi reconhecido, no primeiro trimestre de 2016, provisão de R\$ 712 referente a redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo e no segundo trimestre de 2016, provisão de R\$ 474 referente a perda com subscrição de ações da CTEEP.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 3515-9400,
Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

- (i) Registro extemporâneo de informações de investida

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui investimento na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP ("CTEEP"), avaliado pelo método de equivalência patrimonial na controladora e consolidado, sendo que a CTEEP deixou de mensurar e reconhecer contabilmente no trimestre findo em 30 de junho de 2016, a atualização do ativo financeiro decorrente dos direitos de indenização relativos aos ativos de transmissão previstos no artigo 15 da Lei nº 12.783/13, em função das definições oriundas da Portaria no. 120, de 20 de abril de 2016 do Ministério das Minas e Energia. No entanto, no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 a CTEEP apurou e reconheceu contabilmente os efeitos dos referidos direitos. Assim, o resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 está superavaliado e o resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2016 está subavaliado em, aproximadamente, R\$ 1.716 mil, líquido dos efeitos tributários atualização no investimento em 30 de setembro de 2016 e nos elementos do resultado dos períodos de três e seis meses findos naquela data e do patrimônio líquido e do fluxo de caixa no período de seis meses findo naquela data, em virtude de não termos tido acesso às citadas informações da investida.

(ii) Limitação de acesso as informações da Eletronet

Conforme Nota Explicativa 8, a Eletronet S.A - Eletronet teve seu processo de falência extinto em 07 de abril de 2016, porém até a emissão deste relatório a Companhia não havia recebido as informações contábeis referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016 e portanto, não avaliou os possíveis impactos em suas informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial da empresa investida em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias da Companhia acima referidas, caso tivéssemos obtido suficiente e apropriada evidência de revisão dessas informações.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para conclusão com ressalva - limitação de escopo", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Lei nº 4.819/58

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 8 e 32, a Companhia mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$1.091.074 mil (efeito na Companhia – R\$ 7.177) relativo aos impactos da Lei nº 4.819/1958, que concedeu aos servidores daquela controlada, enquanto sob o controle do Estado de São Paulo, as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para conclusão com ressalva - limitação de escopo", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
	Nota		
Caixa e Equivalentes Caixa	5	858	5.388
Títulos de Valores Mobiliários	6	52.607	64.053
Remuneração dos investimentos	7	600	91
Ativos fiscais a compensar	9	3.305	3.919
Outros Créditos		-	316
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8	3.768	2.384
		61.138	76.151
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a Receber - Eletronet	8	1.384	2.768
Ativos fiscais a compensar	9	3.516	2.192
Depósitos judiciais		56	54
		4.956	5.014
INVESTIMENTOS			
	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		60.300	29.345
Avaliados a valor justo		93.041	62.178
IMOBILIZADO			
		24	37
INTANGÍVEL			
		21	28
		158.342	96.602
TOTAL DO ATIVO		219.480	172.753
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas	13	0	1.341
Contas a pagar	11	3.841	11.461
Tributos e contribuições sociais		701	218
Obrigações estimadas		175	316
Provisões para riscos trabalhistas	16	300	300
		5.017	13.636
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	18.671	11.342
Contas a Pagar - Cedentes	11	1.354	2.768
		20.025	14.110
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		481	481
Dividendo adicional proposto		-	4.020
Ajustes de avaliação patrimonial		42.022	22.452
Lucros / (Prejuízos) acumulados		33.881	-
		194.438	145.007
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		219.480	172.753

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 (em milhares de Reais)

		01/01/2016	01/07/2016	01/01/2015	01/07/2015
		a	a	a	a
		30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
RECEITAS OPERACIONAIS					
	Nota				
Dividendos		1.811	-	198	-
Participação societária	10	31.040	29.647	3.192	2.087
Restituição Receita Federal		388	33	-	-
		<u>33.239</u>	<u>29.680</u>	<u>3.390</u>	<u>2.087</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal/honorários		(2.174)	(600)	(2.042)	(734)
Materiais e produtos		(38)	(6)	(37)	(12)
Viagens, condução e treinamento		(61)	(17)	(40)	(23)
Serviços de terceiros		(609)	(224)	(552)	(210)
Propaganda e publicidade		(431)	(38)	(377)	(42)
Tributos e contribuições		(319)	(91)	(86)	(86)
Aluguel, condomínio e IPTU		(145)	(33)	(62)	(18)
Reversão (Provisões) operacionais		-	-	33	-
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	10	(712)	-	-	-
Perda na subscrição		(474)	-	-	-
Outras		(140)	(24)	(97)	(27)
		<u>(5.103)</u>	<u>(1.033)</u>	<u>(3.260)</u>	<u>(1.152)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>28.136</u>	<u>28.647</u>	<u>130</u>	<u>935</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras		6.858	1.945	5.316	2.010
Despesas financeiras		(611)	(8)	(39)	(10)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>6.247</u>	<u>1.937</u>	<u>5.277</u>	<u>2.000</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>34.383</u>	<u>30.584</u>	<u>5.407</u>	<u>2.935</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(629)	(217)	(462)	(196)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>33.754</u>	<u>30.367</u>	<u>4.945</u>	<u>2.739</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Básico e Diluído		2,86922	2,58131	0,42032	0,23279

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 (em milhares de Reais)

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2015 a 30/09/2015
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	33.754	30.367	4.945	2.739
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	26.898	12.452	2.361	(21.841)
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	(7.328)	(2.695)	829	4.439
Outros resultados abrangentes - coligadas	-	-	(89)	(38)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	53.324	40.124	8.046	(14.701)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2014	118.054	215	-	22.633	-	140.902
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	3.189	-	3.189
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(89)	-	(89)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	4.945	4.945
Em 30 de setembro de 2015	118.054	215	-	25.733	4.945	148.947
Em 31 de dezembro de 2015	118.054	481	4.020	22.452	-	145.007
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	19.570	-	19.570
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	33.754	33.754
Aprovação de dividendo adicional - AGO 2016	-	-	(4.020)	-	-	(4.020)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	127	127
Em 30 de setembro de 2016	118.054	481	0	42.022	33.881	194.438

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	33.754	4.945
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	21	19
Resultado de participações societárias	(31.040)	(3.192)
Perda na aquisição de participação acionária	475	-
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	712	-
Sub total	<u>3.922</u>	<u>1.772</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(1.450)	-
Ativos fiscais a compensar	(712)	(714)
Créditos diversos	316	-
Títulos de Valores Mobiliários	11.447	(1.899)
	<u>9.601</u>	<u>(2.613)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	483	394
Contas a pagar com Partes Relacionadas	(9.033)	140
Obrigações estimadas	(140)	(132)
	<u>(8.690)</u>	<u>402</u>
Dividendos recebidos	1.664	733
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<u>6.497</u>	<u>294</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(5.361)	-
Outros	127	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	<u>(5.234)</u>	<u>-</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	-	(15)
Aquis. Investimentos	(5.793)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	<u>(5.793)</u>	<u>(15)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.530)</u>	<u>279</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.388	14.529
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	858	14.808
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.530)</u>	<u>279</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 (em milhares de Reais)

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.258)	(1.083)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(712)	-
Reversão (Perda) operacional	(474)	33
	<u>(2.444)</u>	<u>(1.050)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(2.444)</u>	<u>(1.050)</u>
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(21)	(19)
	<u>(21)</u>	<u>(19)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	<u>(2.465)</u>	<u>(1.069)</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	6.858	5.316
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	33.239	3.390
	<u>40.097</u>	<u>8.706</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>37.632</u>	<u>7.637</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração direta	1.766	1.652
Impostos, Taxas e Contribuições	1.356	939
Remuneração do capital de terceiros	756	101
Remuneração do capital próprio:		
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	33.754	4.945
	<u>37.632</u>	<u>7.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.**ELETROPAR****(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70****NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO
FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as informações trimestrais em 09 de novembro de 2016.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Valor Econômico, no dia 15 de abril de 2016.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 3,63%*	Cenário Provável 3,44%	Cenário Possível 3,20%	Cenário Remoto 4,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	1.937	1.838	1.710	2.137

* Taxa para o período de três meses encerrados em 30 de setembro de 2016.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas ao resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 30 de setembro de 2016.

	30/09/2016		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	93.041	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	53.423	-	-
	146.464	-	-

	31/12/2015		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.178	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	69.403	-	-
	131.581	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	30/09/2016		
	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Total</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	93.041	93.041
Aplicações financeiras	53.423	-	53.423
	53.423	93.041	146.464

	31/12/2015		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.178	62.178
Aplicações financeiras	69.403	-	64.403
	69.403	62.178	131.581

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	42	38
Aplicações Financeiras	816	5.340
	858	5.388

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Saldo em	Saldo em
		30/09/2016	31/12/2015
Cotas do Fundo (venc. após 90 dias)	pré-fixado	52.607	64.053
		52.607	64.053

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia. A Eletropaulo declarou o pagamento de dividendos na Reunião do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2016.

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
EDP – Energias do Brasil	-	39
EMAE	53	52
Eletropaulo	547	-
	<u>600</u>	<u>91</u>

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a ELETROBRAS, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

<u>Credor</u>	<u>Valor Habilitado</u>	<u>Proposta</u>
ELETROPAR	57.356	13.340

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. O saldo de R\$ 4.152 está registrado no contas a receber. O restante do valor será pago da seguinte forma:

- Pagamento do valor correspondente a 1/3 (um terço) em uma parcela 12 meses após a data de homologação da assembleia geral dos credores. A data prevista para o recebimento é 18/12/2016;
- Pagamento dos outros 2/3 (dois terços) em 24 parcelas mensais e sucessivas. A data prevista para o recebimento da 1ª parcela é 18/01/2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

O valor recebido em dezembro foi repassado às cedentes, corrigidos entre a data de recebimento pela Eletronet e a data de repasse, descontada a taxa de administração da ELETROPAR.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

DIREITOS ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	30/09/2016
Contas a receber – Cedentes	4.152	4.152
Outros créditos a receber	1.000	1.000
	5.152	5.152
Ativo Circulante	2.384	3.768
Ativo Não Circulante	2.768	1.384

OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	2% Eletropar	Pagamento	30/09/2016
Obrigação com as Empresas Cedentes	13.073	184	(9.188)	4.069
	13.073	184	(9.188)	4.069
Passivo Circulante	10.305			2.715
Passivo Não Circulante	2.768			1.354

Para composição do Contas a Pagar, esta nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	30/09/2016	31/12/2015
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	7
IRRF sobre aplicações financeiras	731	1.027
IRRF – exercícios anteriores	4.365	4.082
IRRF – exercício 2015	1.138	987
IRPJ Antecipação	458	-
CSLL - antecipação	112	-
CSLL – exercícios anteriores	5	5
COFINS/PIS	12	3

	6.821	6.111
Circulante	3.305	3.919
Não Circulante	3.516	2.192
	6.821	6.111

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 30 de setembro de 2016 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	30/09/2016	31/12/2015			
Eletropaulo ¹	22.235	17.603	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	27.213	17.888	ON	1.892.432	0,31
CPFL Energia ³	43.593	26.687	ON	1.802.105	0,18
	93.041	62.178			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No primeiro trimestre de 2016 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 712.

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em abril de 2016, a CPFL aprovou na AGE, o aumento do atual capital social da Companhia, de R\$ 5.348.312 mil para R\$5.741.284 mil, mediante a capitalização de reserva estatutária de reforço de capital de giro, com bonificação em ações e a emissão de 24.900.531 ações bonificadas, à razão de 2,5%, ou seja, na proporção de 0,025 nova ação, da mesma espécie, para cada ação possuída de que forem titulares os acionistas na posição final do dia 29 de abril de 2016. Nesta operação a quantidade de ações disponibilizadas a ELETROPAR com a bonificação é de 44.084 novas ações e a quantidade de ações ON da CPFL passa de 1.758.021 para 1.802.105.

Em Junho de 2016, a ELETROPAR subscreveu 406.754 ações ordinárias da EDP – Energias do Brasil, no valor unitário de R\$11,50, totalizando no montante de R\$ 4.678 mil, conforme ata da 226ª Reunião do Conselho de Administração da EDP.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.084.797	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,420

Na 300ª Reunião do Conselho de Administração da CTEEP, realizada em 02 de junho de 2016, a companhia homologou o aumento de capital, dentro do limite aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 05 de abril de 2016, no valor de R\$ 157.146 mil, com emissão de 3.461.371 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A ELETROPAR subscreveu 24.572 ações preferenciais.

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2015	18.547	10.798	29.345
Aumento de capital	641	-	641
Equivalência	30.380	660	31.040
Outros resultados abrangentes	-	-	-
JCP/Dividendos	(724)	(1)	(726)
Saldo em 30/09/2016	48.844	11.456	60.300

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema ELETROBRAS.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e no que se refere aos pagamentos realizados aos aposentados, tal obrigação decorre de preceito legalmente instituído (Lei estadual nº 4819/1958) e ratificado por decisão judicial. Tal fato caracteriza uma obrigação construtiva conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 33 – Benefícios pós-emprego. Contudo, a CTEEP não apresenta em seu passivo valores correspondentes a tal obrigação.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 30 de setembro de 2016.

	Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP	Partic.
	CTEEP	0,65789%
Patrimônio Líquido 30/09/16	10.054.014	66.145
Ajustes acumulados	(2.630.338)	(17.301)
Saldo ajustado em 30/09/16	7.423.676	48.844

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou Despacho nº 4036/2015 com novo entendimento para o valor das instalações do "SE" que a CTEEP teria direito de

receber, no montante de R\$3.896.328 mil. Também, em 20 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 120, determinando que os valores homologados pela ANEEL relativos à estes ativos, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica à partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos.

O valor referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, foi remensurado conforme condições previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, por determinação do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e a luz do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros.

A partir da estimativa dos valores da RAP, base setembro de 2016, a CTEEP revisou o fluxo de recebimento de caixa e remensurou o ativo financeiro referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, que resultou em R\$8.602.710, com impacto de R\$7.111.714 no ativo financeiro, R\$6.315.963 na receita operacional líquida (R\$795.751 referente PIS e COFINS diferidos), R\$2.147.428 nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$4.168.535 no lucro líquido.

Considerando a participação da Companhia na referida investida, o impacto na receita de equivalência do 3º trimestre foi no montante de R\$ 27.387.

II.1 Ativo e Passivo Coligadas

30/09/2016						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	40.338	14.518.406	1.031.306	3.473.424	10.054.014
EMAE*	1,42	13.020	1.026.484	-	232.629	806.875

II.2 Resultado Coligadas

30/09/2016						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	7.118.171	44.038	(128.253)	(2.244.961)	4.730.436	(6.109)
EMAE	7.052	70.634	(838)	(11.699)	46.168	(803)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	30/09/2016	31/12/2015
Avaliados ao valor justo	93.041	62.178
Avaliados por equivalência patrimonial	60.300	29.345
	153.341	91.523

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	30/09/2016	31/12/2015
ELETROBRAS	1.038	1.094
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda.	65	47
Cedentes	4.069	13.073
Outros	23	15
	5.195	14.229
CIRCULANTE	3.841	11.461
NÃO CIRCULANTE	1.354	2.768

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	01/01/16	01/07/16	01/01/15
	a	a	a
	30/09/16	30/09/16	30/09/15
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	34.383	30.584	5.407
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	11.690	10.398	1.838
Efeitos de adições e (exclusões):			
Equivalência patrimonial e dividendos	(11.169)	(10.080)	(1.151)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	404	-	-

Outros	(296)	(101)	(225)
	(11.061)	(10.181)	(1.376)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	629	217	462
Alíquota efetiva	1,83%	0,71%	8,55%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/15	11.342
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	7.329
Saldo em 30/09/16	18.671

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 30 de setembro de 2016 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.552	1.915.988	16,29
	28.553	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 16,53 por ação (R\$ 12,33 por ação, em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/16 a 30/09/16

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	33.754
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>2,86922</u>

01/01/15 a 30/09/15

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	4.945
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,42032</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PASSIVO		
Contas a pagar		
- ELETROBRAS ⁴	1.038	1.094
	1.038	1.094
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	1.726	1.592
Aluguel	145	62
Energia	9	10
	1.880	1.664
II – Coligadas		
CTEEP		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	724	2.206
Participação Societária	48.844	18.547
Subscrição de ações	641	-
	50.209	20.753
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
RESULTADO		
Perda na subscrição	(475)	-
Resultado com participações societárias	30.380	2.396
	29.905	2.396
EMAE		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	52
Participação Societária	11.456	10.798

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à ELETROBRAS em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre ELETROBRAS e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da ELETROBRAS, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela ELETROBRAS à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à ELETROBRAS dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à ELETROBRAS.

	11.456	10.850
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	342
	-	342
	30/09/2016	30/06/2015
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	660	278
	660	382

III – Eletronet e empresas cedentes

Após o encerramento da falência e a entrega das chaves da Eletronet aos acionistas e administradores eleitos, a Eletronet contratou empresa de auditoria independente para realizar a auditoria sobre suas informações financeiras. Até a divulgação das informações financeiras do 3º trimestre da ELETROPAR não tivemos acesso aos números revisados e auditados, o que impossibilitou avaliar os possíveis efeitos nessas informações trimestrais.

O detalhamento das operações e transações da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes são apresentadas na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	737	690
Encargos Sociais	257	248
Benefícios	19	24
	1.013	962

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015.

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	300
TOTAL	300

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6